

### Programas para a formação no compromisso

O relatório “Facilitating forever” (Facilitar o “para sempre”) do National Marriage Project propõe “um plano realista para ajudar os casais a formar e sustentar relações positivas e casamentos duradouros”. Para isso, avalia algumas iniciativas relacionadas com a formação de namoro e casamento que foram levadas a cabo nos Estados Unidos, nos últimos anos.

A instabilidade familiar tem-se estendido muito nos Estados Unidos. Segundo estatísticas oficiais, nas três últimas décadas, os nascimentos extramatrimoniais subiram de 18% (1980), para 40,7% (2011). A percentagem de crianças que vivem com os seus dois pais casados baixou de 70%, para 59%. A tendência é mais marcada na população negra, na qual 55% dos menores de idade se encontram em lares monoparentais, quase sempre com a mãe. Para as crianças negras, viver com os seus dois pais casados é um privilégio só alcançado por 29%.

Há muita literatura científica que vincula este tipo de situações com maiores riscos para as crianças: maus resultados académicos, pobreza, consumo de drogas.

Daí que tenham surgido iniciativas para fortalecer o compromisso e a estabilidade dos casais. Nem toda a gente as louva. Uma crítica à formação dada por estes programas é que frequentemente apresentam o casamento como uma panaceia, quando, em muitos casos, os candidatos arrastam problemas pessoais que desaconselham formar uma família, pois o risco de rutura seria grande. Esta é uma das conclusões de “The Greyhound Archipelago”, uma reportagem publicada em “National Review” (1.10.2012). O autor, Michael Potemra, conclui que os cursos matrimoniais não podem corrigir toda uma história de “corações partidos e decisões infelizes”, referindo-se à bagagem (abusos, consumo de drogas) que muitas pessoas entre as classes mais desfavorecidas acumulam antes de se casarem.

Igualmente o relatório “The Long -Term Effects of Building Strong Families: A Relationship Skills Education Program for Unmarried Parents” (novembro 2012) sobre o pouco sucesso de um programa chamado “Building Strong Families” entre pais não casados, salienta: “As mudanças de comportamento exigidas para melhorar a relação de um casal implicam um grande esforço pessoal. Os pais pouco comprometidos na sua relação, ou que não confiam no compromisso do seu parceiro, são mais relutantes a enfrentar este esforço”.

Alguns especialistas defendem que, mais do que uma questão de feridas pessoais, existe no fundo uma certa aversão cultural ao casamento, especialmente nalguns grupos sociais. Amy Wax, professora de Direito na Universidade da Pensilvânia, defendeu num livro (“Race, Wrongs and Remedies”, Hoover Studies in Politics, Economics, and Society, 2008) e em vários artigos, a tese de que a minoria negra desenvolveu uma cultura hostil à família que está no fundo de muitos dos seus problemas económicos e sociais. Além disso, salienta, foi construído um argumento politicamente correto – a pretexto da “compaixão” para com esta minoria racial – segundo o qual, a instabilidade familiar entre os negros é “culpa do sistema”. No entanto, afirma, o sucesso de um casamento tem a ver, em grande parte, com as opções pessoais dos envolvidos.

Os cursos de formação para o compromisso (para jovens, casais que estão a pensar em casar, ou casais já estabelecidos) surgem precisamente para enfrentar este problema.

Os autores do relatório “Facilitating forever” avaliaram diversos programas. Em geral, os resultados foram positivos, especialmente nos cursos dirigidos a jovens estudantes e a casamentos estabelecidos, e menos nos destinados a mães ou pais solteiros. Um problema generalizado nestes últimos foi a pouca participação até ao final do curso; o que parece estar ligado ao problema de raiz: a falta de compromisso.

Pelo contrário, alguns projetos obtiveram bons resultados. O relatório destaca o caso de Oklahoma. Desde há alguns anos, o estado financiou um grande número de cursos, nos quais, no total, já participou 10% da população. Baixou a percentagem de crianças nascidas de mãe solteira, a das que vivem num lar monoparental ou abaixo do limiar de pobreza. As chaves do sucesso, segundo os autores, foram o compromisso com este tipo de projetos dos dois grandes partidos e o desenho de cursos especificamente pensados para grupos de risco.

F. R.-B.

## **Marijuana: nada terapêutica e “normalização” anormal**

Depois de ter sido permitido usar marijuana com fins terapêuticos nalguns estados norte-americanos (23, mais o distrito de Colúmbia), outros deram mais um passo. Colorado (desde o princípio de 2014) e Washington (a partir de 1 de julho do ano passado) autorizaram a venda para consumo por prazer, com regulamentações similares às das bebidas alcoólicas.

À medida que aumenta a tolerância e se consome mais abertamente, a cannabis ganha boa fama. Um inquérito mandado fazer pelo Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas (NIDA), dependente do governo federal norte-americano, constatou, em 2013, que 60% dos alunos do último ano do secundário (17-18 anos) pensam que a marijuana não é prejudicial. Isso é um erro, conforme voltou a advertir o trabalho “Adverse Health Effects of Marijuana Use” (em “The New England Journal of Medicine”, 5.6.2014) publicado por investigadores do NIDA.

Os autores reveem os estudos existentes sobre os efeitos da cannabis, e concluem que estão bem documentados alguns claramente prejudiciais. Dificulta a coordenação motriz, o que é particularmente perigoso quando se conduz um veículo. Diminui a memória imediata, de forma que torna difícil conseguir adquirir e reter informações novas: este efeito dura vários dias depois do consumo.

Os prejuízos são mais graves para os adolescentes, provavelmente porque nessa idade o cérebro ainda está em desenvolvimento. Assim, a marijuana cria dependência em 9% dos consumidores; mas a percentagem sobe para 17% se se começou jovem (e para 50% se se tomar diariamente). Os que a consomem frequentemente na sua juventude, experimentam uma descida do coeficiente intelectual, que se mantém na idade adulta mesmo quando já deixaram a droga (ver “Aceprensa” de 29.8.2012, sobre um estudo – “Persistent cannabis users show neuropsychological decline from childhood to midlife” - para o qual remetem os investigadores do NIDA).

Além disso, entre os consumidores de marijuana há mais frequência de insucesso escolar, pobreza, delinquência e outros males de tipo social. Mas neste caso é difícil determinar o grau de influência.

Os autores advertem que os estudos revistos se referem, em geral, a formas de consumir marijuana (por exemplo, fumada) que oferecem uma concentração relativamente baixa de THC, o principal componente psicoativo da cannabis. Mas hoje estão a difundir-se preparados mais potentes, e isso é o que sucede claramente no Colorado.

Passados cinco meses desde a legalização no Colorado, começou-se a notar o aparecimento de maus sintomas, conta o “The New York Times” (“After 5 Months of Sales, Colorado Sees the Downside of a Legal High”, 31.5.2014). Houve duas mortes causadas sob os efeitos da marijuana. Um homem

começou a delirar e matou a sua mulher; um estudante de 19 anos sofreu uma reação semelhante e lançou-se a partir de uma janela.

Ambos tinham tomado caramelos com cannabis, que são mais potentes e, pelos vistos, mais perigosos. Além disso, chegaram às mãos de crianças, mesmo que só pudessem ser comprados pelos maiores de idade. O Hospital Infantil do Colorado comunicou que, em 2014, chegaram às urgências nove crianças por terem consumido marijuana, seis delas em situação grave.

Por outro lado, a polícia de alguns lugares diz que aumentaram as detenções de condutores intoxicados com cannabis e as apreensões de marijuana obtida de contrabando em outros estados. E que, pelo contrário, não se reduziu o mercado ilegal da droga. Mas não passou ainda tempo suficiente para comprovar esses dados, e os defensores da legalização alegam que são factos isolados.

No entanto, mesmo entre os desse campo, pede-se uma regulamentação mais estrita da cannabis comestível. Nomeadamente, perspectiva-se baixar o conteúdo máximo permitido de THC e endurecer as normas de etiquetagem.

Segundo alguns inquéritos, um pouco mais de metade da população apoia legalizar inclusivamente o consumo por prazer. No entanto, entre a comunidade médica prevalece a posição contrária.

Num artigo (“Problems With the Medicalization of Marijuana” publicado em maio de 2014 no “Journal of the American Medical Association” (“JAMA”), dois médicos (Samuel T. Wilkinson e Deepak Cyril D’Souza) indicam algumas das objeções à normalização da marijuana que foram surgindo no meio científico.

Entre outras, referem a frouxa aplicação à marijuana terapêutica dos requisitos de eficácia exigidos para os medicamentos; a dificuldade para fixar a dose adequada a cada quadro clínico, devido à enorme variedade na composição dos produtos prescritos e à escassez de ensaios clínicos. Muito menos pareceu importar que, enquanto a maioria dos medicamentos inclui um só princípio ativo, na marijuana existem mais de cem cannabinoides, cujos efeitos a médio e longo prazo não estão bem estudados. Além disso, é conhecido que a marijuana está associada a maior risco de transtornos psíquicos.

Por tudo isso, os autores – que consideram a “moda” da marijuana se dever mais à ânsia de verbas dos estados, que a uma necessidade médica – explicam que, em todo o caso, poder-se-iam dispensar alguns componentes da marijuana uma vez comprovados os seus efeitos. Mas sempre que “aprovados pela FDA [a agência federal dos medicamentos], foram produzidos de acordo com os mesmos critérios exigentes dos restantes medicamentos, distribuídos em farmácias e administrados através de vias seguras e controláveis como pastilhas ou vaporizadores”.

Noutro artigo, “Marijuana: science, not hype, will clear the haze”, em “Mercatornet” (20.8.2014), Michelle Cretella, vice-presidente da Ordem dos Pediatras Americanos, sublinha a necessidade de que antes de ser aprovada a marijuana terapêutica, se deve fazer um minucioso estudo dos riscos. Além dos assinalados no artigo do “JAMA”, menciona o poder de dependência da cannabis, que incitaria a continuar a consumir depois da necessidade médica ter desaparecido.

No Colorado, um dos estados que patrocinaram a normalização da marijuana, o próprio Chefe do Departamento de Saúde Pública, Larry Wolk, reconhece numa entrevista “Colorado Tackles Medical Implications of Marijuana” ao “JAMA” (14.5.2014), que, em muitos casos, não há justificação médica para recomendar a cannabis em quadros clínicos para os quais já existem analgésicos de eficácia comprovada: “Tem a ver com as preferências do paciente”.

Além disso, normalmente não é o médico quem prescreve a dose de marijuana, sendo sim o paciente a pedi-la e o médico autoriza-a ou não. Na prática – como também reconhece Wolk –, foi dada uma grande permissividade por parte dos médicos.

Por outro lado, como a marijuana terapêutica está muito menos tributada do que a destinada ao consumo por prazer, e para solicitá-la só é preciso um cartão de paciente concedido com grande facilidade, criou-se o que é denominado de “mercado paralelo”. Para o combater, foi proposto permitir aos médicos a prescrição se a julgarem necessária, e não a pedido do paciente. O problema é que, por falta de indicações bem determinadas via ensaios clínicos, não é fácil precisar em que casos a marijuana seria necessária.

Dois relatórios da Brookings Institution, analisam como se implantou a legalização do consumo por prazer no Colorado e no estado de Washington.

Ambos coincidem em que não aconteceu o descontrolo receado pelos opositores à despenalização. Tanto no Colorado, como no estado de Washington, as autoridades desenharam uma regulamentação destinada a evitar na medida do possível o mercado negro.

O autor (Philip A. Wallach) do relatório que se debruça sobre Washington (“Washington’s Marijuana Legalization Grows Knowledge, Not Just Pot”, 25.8.2014) destaca o esforço das autoridades para avaliar a medida “de forma desapaixonada”. Além disso, a cautela com que se concederam as licenças para vender o produto – muitas menos das que se tinham pedido – evita o descontrolo. Por outro lado, foi atribuído a um organismo oficial, o exame periódico – até 2032 – de como decorre a implantação.

No entanto, a contenção que o autor atribui às autoridades estaduais, não as levou a ter em conta as recomendações de várias associações de médicos e pediatras, nem os estudos sobre os efeitos da cannabis.

Por seu turno, o relatório sobre o Colorado (“Colorado’s Rollout of Legal Marijuana Is Succeeding”, de John Hudak, 31.7.2014),

embora qualifique o processo de implantação como “um êxito”, aborda o risco dos produtores caseiros. Para a marijuana que se vende nos estabelecimentos autorizados existem certos controlos: identificação e acompanhamento do produto desde o cultivo até à loja; limite da quantidade que se pode comprar, para não fomentar a revenda; câmaras de vigilância em todas as lojas, etc.

Todas estas cautelas não afetam a produção caseira. Daí o autor rezear que surja um grande mercado negro, que poderia alimentar-se também de marijuana para uso terapêutico, fácil de obter.

Outra dificuldade para fazer cumprir as regras tem a ver com o facto das pessoas, sobretudo os jovens e os que já consomem, estarem cada vez menos conscientes dos riscos da droga. Isto contrasta com as advertências de organismos oficiais. Por exemplo, segundo um relatório da Drug Abuse Warning Network (“Drug Abuse Warning Network, 2011: National Estimates of DrugRelated Emergency Department Visits”, maio 2013), entre 2004 e 2011, subiu 69% o número de ingressos nos serviços de urgências hospitalares por consumo de marijuana.

F.R.-B.

## “Ego. Las trampas del juego capitalista”

“Ego. Das Spiel des Lebens”

Autor: Frank Schirmacher  
Ariel. Barcelona (2014)

320 págs.

Tradução (castelhano): Sergio Pawlowsky

O último livro de Frank Schirmacher, falecido há meses aos 54 anos, é uma denúncia contra os fundamentos do capitalismo atual. O curioso é que Schirmacher escreve as críticas sendo codiretor do jornal “Frankfurter Allgemeine Zeitung”, meio de comunicação social tradicionalmente defensor do liberalismo económico. Fá-lo com a fluidez de jornalista e a capacidade de reflexão de ensaísta reconhecido.

Na realidade, o livro ocupa-se de um único tema central: o liberalismo propõe um modelo de ser humano deficiente, arriscado e expansivo, que denominamos *homo oeconomicus*. É um ser humano que atua sempre em seu próprio proveito egoísta de maneira friamente racional (*rational choice*). “Esta

visão em que cada um depende do seu próprio engenho, manipula cinicamente outras pessoas e carece ao mesmo tempo da mais pequena porção de inteligência social... é com bastante exatidão a imagem do agente do neoliberalismo” (p. 57).

Schirmacher alerta para uma certa situação de hipnose, em que todos (particularmente no Ocidente) estão apanhados. O perigo de pensar que as atuais regras sociais do capitalismo são as melhores possíveis ou, o que é pior, são as únicas possíveis. Inquieta-o ver como essas decisões humanas se foram arrastando para a investigação física, para a biologia, para a arquitetura computacional, para a genética, até levar-nos a considerar que poucas regras, há não muitos anos consideradas por nós facilmente rejeitáveis, começam a aparecer aos olhos de sociedades inteiras como leis “naturais”. Começa a parecer “natural” e “racional” atuar unicamente na busca do benefício próprio egoísta. Outra coisa não é racional. Ou de modo coloquial: “é de parvos”.

O problema, tal como o vê Schirmacher, é que a lógica do neoliberalismo se expande para todos os âmbitos e de maneiras diversas. Sobretudo para os hábitos do pensamento. E fá-lo pela calada, mas vai-se incrustando nos processos e nas instituições de modo inexorável e cruel.

Certamente que a teoria do ser humano egoísta em busca do seu benefício próprio sempre e em tudo, foi uma simplificação para criar modelos explicativos de determinados comportamentos. E, pode ser uma perspetiva útil para certas análises. Mas quando todo o ser humano e em todos os seus aspetos só pode ser considerado ou um egoísta racional ou um parvo, estamos perante uma mudança antropológica de uma envergadura imprevisível e perigosa.

Na sua denúncia, mergulha em territórios complexos, como quando afirma que “só quando se lê retrospectivamente, se descobre que o influente sucesso de vendas de Richard Dawkins, “O Gene Egoísta” (1976), foi nada menos do que fundamentação biológica dos mercados financeiros conduzidos por *robots* e algoritmos e das sociedades correspondentes” (p. 123). E assim, noutros tantos campos...

Schirmacher adverte, perante estas tendências, que “temos de nos proteger dos que não só proclamam a desconfiança e o culto do egoísmo, como também desejam instalar no interior das nossas cabeças um estranho retalhista de etiquetas de preços” (p. 261).

J. A. R. S. R.

